



**Unimontes**

EVOLUINDO O CURSO DA VIDA

**PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA EXTERNA  
EDITAL 02/2014**

ESTE CADERNO DE PROVAS DESTINA-SE AOS CANDIDATOS AO SEGUINTE CURSO:

043 - DIREITO/Bacharelado (MONTES CLAROS) - 5.º Período

DATA 14/09/2014	HORÁRIO 10h	CADERNO <b>002</b>
--------------------	----------------	-----------------------

**Ficha de Identificação**

NOME:		
Nº INSCRIÇÃO:		
Nº DO PRÉDIO:	SALA:	ASSINATURA



COMISSÃO TÉCNICA DE CONCURSOS

## ORIENTAÇÕES IMPORTANTES

- 01 - Este caderno contém 20 questões do tipo múltipla escolha.
- 02 - Verifique se o caderno contém falhas: folhas em branco, má impressão, páginas trocadas, numeração errada, etc. Encontrando falhas, levante a mão. O Fiscal o atenderá e trocará o seu caderno.
- 03 - Cada questão tem quatro (04) alternativas (A - B - C - D). Apenas uma (01) resposta é correta. Não marque mais de uma resposta para a mesma questão, nem deixe nenhuma questão sem resposta. Se isso acontecer, a mesma será anulada.
- 04 - Para marcar as respostas, use caneta esferográfica com tinta azul ou preta. **NÃO** utilize lápis ou caneta com tinta vermelha. Assinale a resposta certa, preenchendo toda a área da bolinha ●.
- 05 - Tenha cuidado na marcação da Folha de Respostas, pois ela não será substituída em hipótese alguma.
- 06 - Confira e assine a Folha de Respostas, antes de entregá-la ao Fiscal. **NA FALTA DA ASSINATURA, A SUA PROVA SERÁ ANULADA.**
- 07 - Não se esqueça de assinar a Lista de Presenças.
- 08 - Preencha corretamente a Ficha de Identificação colocada na capa.
- 09 - Os candidatos deverão permanecer nos locais de provas (salas) por, no mínimo, 60 minutos após seu início.
- 10 - Somente durante os 30 (trinta) minutos que antecedem o término das Provas de Múltipla Escolha, poderão os candidatos copiar, em formulário próprio a ser entregue pelo fiscal, as anotações/marcações feitas na sua Folha de Respostas.

### DURAÇÃO DESTAS PROVAS: DUAS HORAS

OBS.: Candidatos com cabelos longos deverão deixar as orelhas totalmente descobertas durante a realização das provas. É proibido o uso de boné.

**TRANSFERÊNCIA EXTERNA**  
**Questões numeradas de 01 a 20**

**QUESTÃO 01**

Pertence ao ramo do direito público interno, **EXCETO**

- A) Direito financeiro.
  - B) Direito administrativo.
  - C) Direito empresarial.
  - D) Direito tributário.
- 

**QUESTÃO 02**

A ideia do direito como “complexo de normas” que regem e orientam as pessoas, com a prescrição de sanções, no caso de violações a essas mesmas normas, é própria ao

- A) ideário subjetivista democrático.
  - B) conceito de direito objetivo.
  - C) conceito de direito subjetivo.
  - D) conceito de direito público interno.
- 

**QUESTÃO 03**

O direito internacional público:

- A) Disciplina, por meio de normas, as relações entre Estados soberanos.
  - B) Normatiza as relações jurídicas entre particulares.
  - C) Disciplina, normatizando, as relações entre o Estado e cidadãos de outros Estados soberanos.
  - D) É ramo subjacente ao direito privado.
- 

**QUESTÃO 04**

Assinale a alternativa **INCORRETA**.

- A) Fatores axiológicos também podem ser considerados como fontes materiais do direito.
  - B) A lei é considerada uma fonte jurídica primária do direito.
  - C) As fontes materiais do direito se restringem apenas ao conjunto dos fatos sociais determinantes do conteúdo do direito.
  - D) Pode-se afirmar que há um pluralismo nas fontes materiais do direito.
- 

**QUESTÃO 05**

Não constitui princípio de direito privado como ramo do direito:

- A) o princípio da intangibilidade familiar.
  - B) o princípio da personalidade.
  - C) o princípio da justiça fiscal.
  - D) o princípio da solidariedade social.
- 

**QUESTÃO 06**

O direito penal, como instrumento de controle social:

- A) Identifica-se com os valores éticos fundamentais de uma sociedade.
  - B) Destina-se a todas as pessoas, embora nem todas possam se envolver, necessariamente, com práticas delituosas.
  - C) Não é apto a produzir efeitos externos.
  - D) Serve para motivar os indivíduos a não violarem as normas penais.
- 

**QUESTÃO 07**

Não é fonte formal mediata do direito penal:

- A) O costume.
- B) Um ato administrativo.
- C) A jurisprudência.
- D) A lei.

---

**QUESTÃO 08**

O princípio da insignificância:

- A) Só se aplica mediante a existência de lei própria.
  - B) Pode funcionar como causa de exclusão da tipicidade.
  - C) Não permite a punição por fato sem norma criminal anterior.
  - D) Não permite a punição de alguém que cause mal a si próprio.
- 

**QUESTÃO 09**

No que diz respeito à territorialidade como possibilidade de aplicação da lei penal brasileira, é **CORRETO** afirmar:

- A) Não se aplica ao estrangeiro a legislação penal brasileira, ainda que para delitos praticados no Brasil.
  - B) Tendo em vista questões de soberania, o Brasil adota o princípio da territorialidade extremada.
  - C) O Brasil adota o princípio da territorialidade temperada.
  - D) Os tratados e convenções internacionais sobre direito penal não se aplicam aos fatos delituosos praticados em território brasileiro.
- 

**QUESTÃO 10**

Em relação ao lugar do crime, o Código Penal Brasileiro adotou:

- A) A teoria da ação.
  - B) A teoria da ubiqüidade.
  - C) A teoria do resultado do crime.
  - D) A teoria do efeito.
- 

**QUESTÃO 11**

Analise as assertivas que se seguem.

- I - A condição de possível legalmente é requisito de validade do negócio jurídico.
- II - São nulos de pleno direito os negócios jurídicos praticados mediante dolo.
- III - A condição, ainda que fundada na vontade dos contratantes, não pode subordinar o efeito de determinado negócio jurídico para o futuro.
- IV - Em um negócio jurídico, reputa-se inválida a condição imposta a um dos contratantes de se fazer algo ilícito.
- V - Nos negócios jurídicos, não se pode interpretar o silêncio, por expressa disposição legal nesse sentido.

Estão **CORRETAS** as assertivas

- A) I e IV, apenas.
  - B) II e V, apenas.
  - C) II e IV, apenas.
  - D) I e V, apenas.
- 

**QUESTÃO 12**

Havendo a sucessão de devedor em um contrato, com a desoneração do sucedido com o credor originário, ocorrerá

- A) remissão de dívida.
  - B) novação.
  - C) compensação.
  - D) imputação de pagamento.
- 

**QUESTÃO 13**

Ainda que existente lacuna na legislação civil, o juiz não poderá resolver conflito judicial decidindo uma determinada causa a partir da/dos

- A) costumes de um determinado local.
- B) analogia.
- C) princípios gerais do direito.
- D) legislação estrangeira.

---

**QUESTÃO 14**

Não podem ser legalmente considerados bens móveis:

- A) Qualquer energia com valor econômico.
  - B) Direitos pessoais de caráter patrimonial.
  - C) Direitos reais sobre imóveis.
  - D) Ação que tenha por objeto direito real sobre bens móveis.
- 

**QUESTÃO 15**

Tendo em vista a classificação doutrinária das constituições, atribui-se à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 as seguintes características:

- A) Rígida, promulgada e sintética.
  - B) Semi-rígida, outorgada e analítica.
  - C) Rígida, promulgada e analítica.
  - D) Promulgada, semi-rígida e sintética.
- 

**QUESTÃO 16**

A alternativa encontra-se **CORRETA** em:

- A) Qualquer partido político pode impetrar mandado de segurança coletivo, independentemente de representatividade no Congresso Nacional.
  - B) A impetração de um mandado de segurança coletivo não impede o manejo da mesma ação constitucional individualmente, caso exista interesse processual nesse sentido.
  - C) O mandado de segurança coletivo, tendo em vista o seu caráter supletivo geral, pode substituir o ajuizamento de ação popular para a tutela de interesses coletivos e difusos.
  - D) Em se tratando de mandado de segurança impetrado por associação de classe, o direito líquido e certo dito violado deve ser de interesse da totalidade dos associados.
- 

**QUESTÃO 17**

Todas as assertivas estão incorretas, **EXCETO**

- A) O “*habeas corpus*” pode ser utilizado como substituto do mandado de segurança, ainda que não verse o assunto sobre questões criminais.
  - B) Ação Popular é o meio processual de que se vale o Ministério Público, como titular do direito de ação, para o fim de reprimir ou obstar danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens artísticos e históricos, entre outros.
  - C) A Ação Civil Pública é o meio processual que deve ser usado para reprimir ou obstar danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens artísticos e históricos, entre outros.
  - D) Ação Civil Pública é o meio constitucional de que se poderá valer o cidadão brasileiro, como titular do direito à ação, para o fim de obter a invalidação de atos ou contratos administrativos ilegais e lesivos ao patrimônio público.
- 

**QUESTÃO 18**

Em relação ao instituto jurídico do “*habeas corpus*”, assinale a alternativa **CORRETA**.

- A) Não é possível a impetração do “*habeas corpus*” de forma preventiva, tendo em vista não ter o paciente sofrido, ainda, a coação ilegal em sua liberdade de locomoção.
- B) O “remédio heroico” em questão somente pode ser utilizado antes de o paciente sofrer a coação ilegal em sua liberdade de locomoção, sendo o pedido de liberdade provisória o único cabível após uma prisão ilegal.
- C) Não pode o “*habeas corpus*” ser manejado em caso de punições disciplinares militares, ainda que, por exemplo, tenha sido a sanção aplicada por autoridade incompetente para a prática do ato.
- D) Pode o “*habeas corpus*” ser impetrado em caso de punições disciplinares militares, quando, por exemplo, for aplicada sanção por autoridade incompetente para a prática do ato.

---

**QUESTÃO 19**

Sobre a ação popular, é **CORRETO** afirmar:

- A) Deve ser, unicamente, utilizada para anular ato lesivo ao patrimônio histórico e infrações à ordem econômica.
- B) Não consta como meio processual do rol inserido na Constituição Federal de 1988.
- C) Pode ser ajuizada, em determinadas situações, por Partidos Políticos com representatividade nas duas casas do Congresso Nacional.
- D) Pode ser ajuizada para anular ato lesivo à moralidade administrativa, como direito público que é.

---

**QUESTÃO 20**

São requisitos da ação popular:

- A) Cidadão brasileiro no polo ativo da demanda, ilegalidade ou ilegitimidade do ato a invalidar e lesividade do ato ao patrimônio público.
- B) Cidadão brasileiro apenas no polo passivo da demanda, ilegalidade ou ilegitimidade do ato a invalidar e lesividade do ato ao patrimônio público.
- C) Cidadão brasileiro no polo passivo da demanda, o abuso de autoridade por parte de quem pratica o ato ilegítimo e lesividade do ato ao patrimônio pessoal do interessado.
- D) Cidadão brasileiro no polo ativo da demanda, ilegalidade ou ilegitimidade do ato a invalidar e lesividade do ato ao patrimônio particular do interessado.

